



PROTOCOLO DE CONSULTA AOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS E CAIÇARAS DE GUARAQUEÇABA, PR.



**Movimento de Pescadores e Pescadoras
Artesanais do Litoral do Paraná - MOPEAR - 2017**

QUEM SOMOS?

Somos pescadores e pescadoras artesanais e caiçaras autodeclarados e reconhecidos como comunidades tradicionais conforme o Decreto 6.040/2007 e a Convenção n.º 169 da OIT. Estamos socialmente organizados no Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná, Associações comunitárias e outras formas de organização locais que representam, por enquanto, 9 (nove) comunidades de pescadores artesanais e caiçaras atingidos pelo Parque Nacional de Superagui, situados em Guaraqueçaba e, que iniciaram há 2 anos a construção desse instrumento. Nossas organizações desejam que mais comunidades venham participar dessa proposta, pois não queremos que o governo nos considere divididos, por isso esse Protocolo é de livre participação das comunidades de pescadores artesanais e caiçaras, basta conhecer o seu direito e a lei, e procurar as organizações para participar.



O QUE QUEREMOS ?

Criamos nosso Protocolo de Consultas porque queremos nosso direito garantido pela OIT 169 de sermos consultados de forma adequada e de boa-fé e participarmos das decisões sempre que os governos, universidades, empresas e ONGs resolverem impor leis, pesquisas, planos, implementar obras ou projetos que possam nos impactar. Já foi assim com a criação de Unidades de Conservação, Plano de Manejo, Leis de proibição de nossas práticas tradicionais (roça, milha náutica, cerco-fixo, manjuva e outros). Queremos nossos territórios tradicionais, que nossas tradições sejam respeitadas, que nossa maneira de viver, criar e fazer seja reconhecida, como diz nossa Constituição Federal no artigo 216. Antes o governo e pesquisadores precisam nos reconhecer como sujeitos de direitos e nos ouvir, pois vivemos aqui há séculos e por nossa causa a natureza está conservada, mas nunca fomos consultados para saber o que vai acontecer na realidade quando eles falam de seu plano, lei ou projeto, já vem tudo pronto e sempre sofremos as consequências dessas imposições. O problema é que não respeitam as leis brasileiras e os tratados internacionais de direitos humanos sobre povos tradicionais e, isso já demonstrou, na maioria das vezes, ser desastroso para nossos povos e culturas, além de trazer impactos negativos também para natureza, da qual muito dependemos.

ASSEMBLEIAS COMUNITÁRIAS



COMO DEVE SER A CONSULTA ?

A Consulta de que falamos deve ser Livre, Prévia e Informada, diferente das reuniões chamadas de “participativas”, que na maioria das vezes convidam pessoas de nossas comunidades nas reuniões do governo para nos convencer com suas palavras difíceis, e nos fazem assinar lista de presença e tirar fotos, para dizer que concordamos com suas propostas porque estivemos lá. Na maioria das vezes a gente fica escutando os projetos que eles já decidiram implantar, pouca coisa nós entendemos, e quando falamos sobre os problemas que podem nos afetar eles respondem que depois a gente discute, sem nunca dar uma resposta. Eles querem sempre discutir os assuntos deles e nunca os nossos.

Diferente disso, este Protocolo informa como queremos que sejam conduzidos os espaços de discussão e tomada de decisão sobre assuntos que nos afetam no presente ou no futuro. Por isso, o governo não pode nos consultar apenas quando já tiver tomado uma decisão. E mesmo em casos em que as decisões já foram tomadas no passado e nos afetem no presente, queremos poder reparar os erros, revisando as leis e planos do governo. Nesses casos, nós solicitamos e coordenamos a aplicação da consulta de revisão aos órgãos responsáveis pela criação das leis e planos, para que nossas sugestões e acordos sejam incluídos nas normas de maneira a corrigir erros cometidos pelos agentes públicos e privados contra nossos povos no passado.

Toda vez que um projeto afeta todos, nossa decisão tem que ser coletiva. Quando a decisão afeta uma parte das comunidades, cada comunidade decide se deseja participar. Se o projeto para uma comunidade for atingir indiretamente o território de outra, a que pode ser atingida também deverá ser consultada.

O governo ou pesquisadores por meio do Conselho das Unidades de Conservação não podem decidir sozinhos, assim como nenhuma associação responde pelo nosso povo. As decisões de nosso povo são tomadas em Assembleia Geral, convocada pelas lideranças das comunidades para definir alterações no Protocolo de Consultas e elaboração do Plano de Consultas.

Quando se tratar do uso de algum recurso natural (da pesca, do mato ou da roça) o governo e pesquisadores tem que prever no Plano de Consulta que nossas organizações façam acordos de uso dos recursos antes de finalizarmos a Consulta. Nossa forma de entender e usar nosso território é diferente do jeito dos pesquisadores e técnicos do governo e exigimos muito cuidado com os recursos naturais antes de liberar pesquisas e experimentos de jeitos contrários da nossa cultura. Os nossos acordos comunitários são a forma de ordenar e proteger o uso dos recursos coletivamente.

Todas as reuniões devem ser em nosso território – nas comunidades que nós escolhermos – e não na cidade. As reuniões não podem ser em datas que atrapalhem as atividades das comunidades (safra de caranguejo, roças, festas, igrejas entre outras).

Devem participar das reuniões os apoiadores do nosso povo: a Defensoria Pública da União e Estadual, o Ministério Público Federal e Estadual, pesquisadores e as organizações escolhidas por nós e nossos convidados de confiança.

Nossas comunidades deverão ter as despesas de transporte, alimentação e hospedagem para participar das reuniões e assembleias financiadas pelos responsáveis dos projetos, planos, programas e leis que nos afetem conforme dispõe o artigo da OIT 169.

Não queremos que o governo e pesquisadores cheguem com a câmera filmadora, e registrem nossas imagens sem nossa autorização. Toda vez que as reuniões forem filmadas devem ser entregues cópias das gravações.



FASES DA CONSULTA

Reunião do Plano de Consulta: vamos fazer reuniões com o governo e pesquisadores para chegar num consenso sobre um plano de consulta. Nesse momento as lideranças das comunidades afetadas se reúnem com os técnicos do governo e/ou pesquisadores para firmar como será o trabalho para combinarmos a forma e cronograma das reuniões informativas.

Reuniões Informativas Locais: deverão ser realizadas nas comunidades afetadas de acordo com o Plano de Consulta. Nessas reuniões o governo deve esclarecer detalhes do projeto e os possíveis danos e consequências que a região e as comunidades poderão sofrer com a implementação do projeto. Essas reuniões informativas serão realizadas até que todos entendam a proposta e não tenham mais dúvidas. Ressaltamos que queremos ser informados dos riscos e impactos negativos sobre nosso modo de vida, nossas tradições e sobre os recursos naturais.

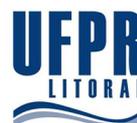
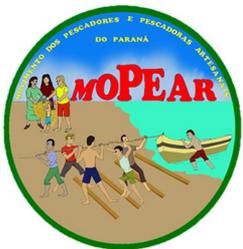
Reuniões Internas: nessa fase precisamos de um tempo para nos reunirmos nas comunidades e discutirmos até chegarmos num consenso. Isso acontece sem a presença do governo, das ONGs, empresas ou dos pesquisadores. Vamos fazer nossas próprias reuniões entre pescadores artesanais e caiçaras e, se necessário, com nossos apoiadores para discutir sobre a proposta e tomar a decisão de forma coletiva. Se aparecerem mais dúvidas ou novas informações forem acrescentadas, iremos propor mais reuniões informativas até nos informarmos completamente.

Reunião de Decisão ou Negociação: Quando nós tivermos informações suficientes e tivermos discutido com nosso povo afetado pelo projeto, teremos uma resposta para darmos ao governo, ONGs, pesquisadores ou empresas, então reuniremos nosso povo em assembleia geral para dizer nossa proposta e escutarmos o que o governo tem a dizer. Para que as instâncias superiores do governo não queiram invalidar o processo de consulta depois de feito, os órgãos do governo devem estar cientes desde o plano de consulta que o resultado obtido com o Protocolo deve ser respeitado e posto em prática. Não aceitaremos chegar ao consenso com os órgãos locais e depois ter a negativa das chefias, que o governo autorize seus subordinados a negociar e fazer valer sua palavra.





Realização Apoio



Grupo de Pesquisa
Identidades Coletivas,
Conflitos Territoriais e
Educação
Emancipatória no Sul
do Brasil